

Saúde do trabalhador: o referencial das cargas de trabalho como caminho de pesquisa e intervenções

Worker's health: the benchmark workloads as search path and interventions

Salud del trabajador: el referencial de las cargas de trabajo como camino de pesquisa e intervenciones

Letícia de Lima TRINDADE¹

Apesar do crescimento do debate acerca da saúde do trabalhador no Brasil e dos avanços no campo das políticas, ações e pesquisas na temática, esta se destaca como uma área complexa e desafiadora. A maior interlocução entre os diferentes atores sociais entre eles sindicatos, governo, serviços públicos e privados dos diferentes setores produtivos, universidades e dos próprios trabalhadores, tem fomentado avanços, mas enfrentado diversos problemas para avançar, especialmente no sentido da ruptura do olhar fragmentado das necessidades de saúde-adoecimento decorrentes da relação entre o trabalhador e seu trabalho.

Lacaz¹ lembra que a saúde do trabalhador é o campo de práticas e conhecimentos cujo enfoque teórico e metodológico, no cenário brasileiro, emergiu da Saúde Coletiva, buscando conhecer e intervir nas relações trabalho e saúde-doença, tendo como referência central o surgimento de um novo ator social, a classe operária industrial, em uma sociedade que vive profundas mudanças políticas, econômicas e sociais. Essa nova abordagem busca superar ou ao menos ir além dos conhecimentos oriundos da saúde ocupacional e da medicina do trabalho, incorporando novos discursos, marcadamente influenciados pela Medicina Social Latino-Americana, a qual observa a determinação social do processo saúde-doença, considerando o modo de viver, o meio social e os processos produtivos.

Com sua gênese nas transformações ocorridas nos países capitalistas, nos movimentos sindicais, no final dos anos 60, a saúde do trabalhador emergiu dos questionamentos das formas de produzir, da organização capitalista e do modelo taylorista-fordista². Desse modo, tem uma relação íntima com a proposição do diálogo, debate e reflexão acerca do contexto de trabalho, requerendo o posicionamento dinâmico do trabalhador e a ênfase em ações coerentes com as suas necessidades.

Nesse sentido, a saúde do trabalhador compromete-se com análise das situações concretas de trabalho, associa as dimensões sociais em que o trabalhador

¹ Enfermeira. Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e do Mestrado em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Grupo de Pesquisa PRAXIS-UFSC, Florianópolis, e Líder do Grupo de Estudos sobre Saúde e Trabalho (GESTRA) da UDESC- SC, Brasil.

se insere e, potencialmente sinaliza possíveis mudanças para maior garantia dos direitos trabalhistas, do direito à informação, de melhores condições de trabalho, as quais geram mudança no perfil de morbimortalidade e qualificação dos processos produtivos.

Em consonância tem-se, cada vez mais, questionado a tomada da força de trabalho como mercadoria, as consequências do trabalho na vida dos indivíduos e coletividades, bem como reconhecido a necessidade de um olhar integral e interdisciplinar no acompanhamento do binômio homem e ambiente de trabalho. Contudo, tem se avançado timidamente na condução de ações mais voltadas para a promoção e proteção da saúde no trabalho, como preconiza a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora³ e as diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nessa perspectiva emerge a abordagem teórica e teórico-metodológica das cargas de trabalho proposta por Laurell e Noriega⁴ ainda nos anos 80. As autoras reconhecem as cargas de trabalho como elementos que sintetizam a mediação entre o trabalho e o desgaste de quem o executa, não atuando isoladamente, mas em combinação, considerando a condição na qual o trabalhador encara a lógica global do processo de trabalho. Assim essa abordagem pondera sobre os múltiplos elementos que desgastam o trabalhador, resgata dinamicidade e interação entre as diferentes cargas de trabalho, ponderando acerca do adoecimento físico e psíquico, indo além da justificativa causa-efeito para compreensão do desgaste.

O referencial classifica as cargas de trabalho como físicas, químicas, biológicas, mecânicas, fisiológicas e psíquicas, mas para além da classificação associa a natureza de cada carga às condições, organização e divisão do trabalho, o que possibilita um olhar criterioso do processo de trabalho e do sujeito trabalhador nesse contexto, permitindo considerar as formas de enfrentamento, ou conjunto de esforços desenvolvidos, de cada indivíduo e as repercussões das cargas individualmente e coletivamente, aspecto singular na perspectiva da Saúde Coletiva.

Assim o referencial permite o desenvolvimento de diferentes estudos, em diversos cenários, agregando conhecimentos importantes na observação desse fenômeno complexo que é o desgaste pelo/em consequência do trabalho.

No campo das intervenções o referencial permite a abordagem individual e coletiva dos trabalhadores na identificação das formas de amenizar/eliminar as cargas de trabalho e suas fontes. Deste modo, pode ser utilizado como matriz conceitual para proposição de ações que provoquem os trabalhadores a olhar criteriosamente e propositivamente o cenário onde laboram, observando os elementos do processo de trabalho, o contexto histórico-social em que se inserem, as relações entre os trabalhadores, as formas de gestão e organização do trabalho e as especificidades de cada sujeito trabalhador. O domínio destes e de outros aspectos pode empoderar os trabalhadores na tomada de medidas de proteção mais efetivas de prevenção do adoecimento e fornecer subsídios para ações integrais de promoção da saúde do trabalhador.

REFERÊNCIAS

1. Lacaz FAC. O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cad Saud Publ.* 2007; 3(4):757-66, 2007.
2. Mendes E, Dias EC. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Rev Saud publ.* 1991; 25(5):341-9.
3. Ministério da Saúde (BR). Portaria GM/MS nº 1.823 de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília (DF): Conselho Nacional de Saúde; 2012.
4. Laurell AC, Noriega M. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário.* São Paulo: Hucitec; 1989.